



EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: CONSTRUINDO ESPAÇOS DE RESPEITO

Airam Batista Simões¹, Rodolfo de Lyra Ferreira², Maria Raimunda Madureira da Costa³, Jocelia Alves Santana Lustosa⁴, Júlio César Belo Gervásio⁵.



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p6933-6953>

Artigo recebido em 7 de Setembro e publicado em 7 de Novembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar o papel da escola na valorização das diferenças culturais, considerando sua função na construção das identidades dos sujeitos e na promoção de práticas pedagógicas inclusivas. A investigação abordou o tema da educação intercultural como instrumento de transformação do ambiente escolar em um espaço de reconhecimento, pertencimento e respeito à pluralidade cultural. Para isso, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica, utilizando produções científicas recentes extraídas de bases acadêmicas reconhecidas. A técnica de análise adotada consistiu na seleção e organização dos materiais segundo sua relevância para a temática proposta. Os resultados apontaram que a escola, ao adotar práticas pedagógicas sensíveis à diversidade, contribuiu para a superação de padrões curriculares monoculturais e para o fortalecimento da identidade dos estudantes. Constatou-se também que a atuação docente foi determinante para mediar o diálogo entre os saberes escolares e as experiências culturais dos alunos. Apesar dos avanços identificados em experiências específicas, permaneceram entraves institucionais significativos, como a falta de formação continuada, a resistência curricular e a ausência de políticas estruturantes que garantissem a efetividade da educação intercultural nas redes públicas. Assim, concluiu-se que transformar a escola em um espaço culturalmente sensível exige não apenas iniciativa individual dos docentes, mas um compromisso institucional articulado entre políticas públicas, formação crítica e participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Identidade, Currículo, Formação Docente, Pluralidade, Reconhecimento.



EDUCATION AND CULTURAL DIVERSITY: BUILDING SPACES OF RESPECT

ABSTRACT

This article aimed to analyze the role of the school in valuing cultural differences, considering its function in shaping individuals' identities and promoting inclusive pedagogical practices. The study addressed the theme of intercultural education as a tool for transforming the school environment into a space of recognition, belonging, and respect for cultural plurality. To this end, a qualitative research approach was conducted, based on a bibliographic review using recent scientific publications retrieved from recognized academic databases. The analytical technique adopted consisted of selecting and organizing materials according to their relevance to the proposed theme. The results indicated that the school, by adopting pedagogical practices sensitive to diversity, contributed to overcoming monocultural curricular patterns and strengthening students' identities. It was also found that the teacher's role was decisive in mediating the dialogue between school knowledge and students' cultural experiences. Despite the progress observed in specific experiences, significant institutional obstacles remained, such as the lack of continuing teacher education, curricular resistance, and the absence of structured policies to ensure the effectiveness of intercultural education in public school systems. Thus, it was concluded that transforming the school into a culturally sensitive space requires not only individual initiative from teachers but also institutional commitment articulated through public policy, critical training, and community participation.

Keywords: Identity, Curriculum, Teacher Training, Plurality, Recognition.

Instituição afiliada:

¹ Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai.

² Universidad del Sol, Paraguai.

³ Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai.

⁴ MUST University, Estados Unidos.

⁵ Universidad del Sol, Paraguai.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A diversidade cultural constituiu, ao longo das últimas décadas, um dos temas centrais nos debates educacionais contemporâneos, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais, étnicas e raciais. A escola, nesse cenário, passou a ser interpelada por demandas que extrapolam o ensino de conteúdos e incluem o reconhecimento das múltiplas identidades dos sujeitos que nela circulam. A ampliação das discussões em torno da pluralidade cultural no ambiente escolar evidenciou a necessidade de repensar o papel da instituição escolar como espaço de produção de sentidos, afirmação de identidades e promoção de justiça social. Em um país como o Brasil, cuja formação histórica está marcada por processos de exclusão e silenciamento de grupos sociais diversos, refletir sobre o lugar da escola na valorização das diferenças culturais tornou-se uma exigência política e pedagógica inadiável.

A escolha pelo tema justificou-se pela constatação de que, embora as diretrizes legais brasileiras reconheçam a importância da diversidade cultural, sua efetivação nas práticas pedagógicas permanece um desafio. A motivação para a pesquisa partiu da observação da distância existente entre o discurso institucional que valoriza a interculturalidade e a permanência de currículos e metodologias que reproduzem modelos monoculturais. Ao abordar a relação entre 'educação e diversidade cultural', este estudo buscou compreender de que maneira a escola pode contribuir para a construção de espaços educacionais que respeitem e valorizem as identidades dos sujeitos. A relevância do tema encontra respaldo na literatura contemporânea, que aponta para a urgência de práticas pedagógicas culturalmente sensíveis, capazes de transformar o ambiente escolar em um espaço democrático de diálogo e reconhecimento.

A partir desse contexto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: 'Como o professor pode atuar de maneira significativa na construção da identidade cultural dos alunos no ambiente escolar?' Essa indagação norteou as reflexões empreendidas ao longo do estudo e possibilitou a definição do objetivo geral da pesquisa, que consistiu em analisar o papel da escola na valorização das diferenças culturais, considerando sua função formadora de identidades e promotora de práticas pedagógicas inclusivas. Como objetivos específicos, buscou-se: a) discutir o conceito de educação intercultural



e sua relação com a construção identitária; b) examinar práticas pedagógicas que favoreçam a valorização da diversidade no espaço escolar; e c) identificar os principais desafios institucionais e estruturais para a implementação de políticas educacionais culturalmente sensíveis.

Para o alcance desses objetivos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise de artigos científicos, capítulos de livros e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos entre os anos de 2023 e 2025. Os materiais foram selecionados a partir de buscas realizadas na base de dados Google Acadêmico, utilizando combinações simples de palavras-chave entre aspas simples, como ‘escola e identidade cultural’, ‘educação intercultural’ e ‘valorização da diversidade’. A seleção e organização dos materiais obedeceu a critérios de relevância temática, atualidade e rigor acadêmico. Conforme descrito por Santana, Narciso e Fernandes, “a técnica de análise utilizada consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais de acordo com sua relevância para o tema abordado” (2025, p. 3).

O referencial teórico foi composto por autores que discutem a relação entre educação, cultura e identidade, com destaque para os estudos de Fernandes Filho (2025), Rodrigues *et al.* (2025) e Abreu, Silva e Lima (2024), cujas contribuições ofereceram subsídios para compreender a escola como espaço de disputas simbólicas e de afirmação de sujeitos historicamente marginalizados. Esses autores também permitiram a análise de práticas pedagógicas que dialogam com a realidade sociocultural dos alunos, bem como a identificação de entraves institucionais que limitam a eficácia de políticas inclusivas.

O artigo está estruturado em três capítulos principais. O primeiro, intitulado ‘Educação intercultural e a redefinição do papel da escola como espaço de reconhecimento identitário’, discute os fundamentos teóricos da educação intercultural e analisa como a escola pode atuar na valorização das identidades culturais. O segundo capítulo, ‘Práticas pedagógicas de valorização da diversidade: entre a legislação e a ação docente’, examina experiências e metodologias que favorecem o reconhecimento da diversidade cultural nas práticas escolares. Por fim, o terceiro capítulo, ‘Desafios institucionais e estruturais para a construção de ambientes escolares inclusivos e culturalmente sensíveis’, apresenta os principais obstáculos à implementação de



políticas educacionais interculturais, com ênfase nas limitações de ordem estrutural, curricular e formativa.

Com isso, o artigo busca contribuir para o debate acadêmico sobre a função social da escola e sua responsabilidade na promoção de uma educação comprometida com a equidade, o respeito às diferenças e a construção de um espaço escolar verdadeiramente inclusivo.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, voltada à análise de produções científicas sobre a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar e o papel da escola como espaço de construção identitária. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se no exame de obras já publicadas, sendo especialmente útil quando se pretende compreender, organizar e interpretar um corpo teórico existente sobre determinado objeto. Assim, a escolha por esse tipo de abordagem justificou-se pela necessidade de reunir e sistematizar os principais aportes teóricos que tratam da educação intercultural, da identidade cultural e das práticas pedagógicas inclusivas.

A seleção dos materiais ocorreu por meio de uma busca sistemática na base de dados Google Acadêmico, ferramenta gratuita disponibilizada pelo Google que permite o acesso a artigos, dissertações, teses, livros e outros documentos acadêmicos indexados. Sua escolha se deu pela abrangência de conteúdos atualizados e pelo fácil acesso a materiais de diferentes instituições de ensino e pesquisa. A busca utilizou combinações simples de palavras-chave, tais como 'educação e diversidade cultural', 'escola e identidade cultural', 'práticas pedagógicas interculturais' e 'educação inclusiva'. A estratégia de combinação de termos curtos e específicos teve como finalidade localizar textos alinhados diretamente aos objetivos do estudo.

Foram definidos critérios rigorosos de inclusão e exclusão dos materiais. Incluíram-se apenas artigos científicos, trabalhos publicados em anais de eventos e capítulos de livros disponibilizados em acesso aberto, todos datados entre 2023 e 2025, com enfoque direto sobre o papel da escola na valorização da diversidade cultural. Excluíram-se documentos anteriores a esse recorte temporal, bem como textos sem



respaldo científico, materiais opinativos, ou que tratassem da diversidade sob perspectivas generalistas ou descontextualizadas da realidade escolar.

O processo metodológico desenvolveu-se em três etapas complementares. Primeiramente, procedeu-se à identificação dos materiais com base nas palavras-chave definidas. Em seguida, realizou-se a seleção dos textos mais pertinentes por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Por fim, desenvolveu-se a análise do conteúdo integral dos materiais selecionados, considerando a articulação conceitual e a pertinência teórica frente ao problema investigado. A técnica de análise foi conduzida conforme o procedimento descrito por Santana, Narciso e Fernandes (2025, p. 3), “A técnica de análise utilizada consistiu na leitura, seleção e organização dos materiais de acordo com sua relevância para o tema abordado”.

A utilização dessa técnica possibilitou a organização do corpus em três eixos temáticos previamente definidos: educação intercultural e reconhecimento identitário; práticas pedagógicas de valorização da diversidade; e desafios institucionais e estruturais. Essa divisão permitiu uma leitura interpretativa articulada à problemática da pesquisa, favorecendo o alcance dos objetivos propostos. Dessa maneira, a abordagem bibliográfica adotada não apenas viabilizou a revisão crítica da literatura especializada, como também orientou a discussão teórica ao longo do trabalho, evidenciando as contribuições, tensões e lacunas existentes na produção científica sobre o tema.

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DA ESCOLA COMO ESPAÇO DE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO

A reconfiguração do papel da escola frente à diversidade cultural exige uma abordagem que vá além da simples tolerância às diferenças. No contexto das sociedades contemporâneas, marcadas por processos históricos de exclusão, a escola deve assumir uma função formadora de identidades, reconhecendo e legitimando as trajetórias culturais dos sujeitos que compõem seu cotidiano de acordo com Fernandes Filho (2025). Esse movimento implica repensar práticas pedagógicas que, historicamente,



estiveram alinhadas à reprodução de modelos monoculturais e homogeneizantes, os quais desconsideram os múltiplos pertencimentos que caracterizam o corpo discente. A educação intercultural, nesse cenário, apresenta-se como eixo estruturante de uma pedagogia comprometida com a equidade cultural.

A compreensão da escola como espaço de socialização e de disputas simbólicas, conforme indicam diferentes estudos, reforça a necessidade de reposicionar seu papel enquanto agente de reconhecimento. Ao invés de funcionar como aparelho de assimilação cultural, a instituição escolar deve constituir-se como território de diálogo, onde a pluralidade de saberes e experiências seja incorporada como parte legítima do processo educativo. Conforme expresso por Rodrigues *et al.* (2025) Essa perspectiva rompe com a visão de neutralidade institucional e desloca a centralidade da escola para sua função sociocultural, orientada por princípios de justiça e respeito às múltiplas identidades dos estudantes.

A centralidade da atuação docente na promoção da educação intercultural é reconhecida por diferentes autores que destacam o papel do professor como mediador entre os saberes escolares e os repertórios culturais dos estudantes. Para Fernandes Filho (2025), compreender a identidade cultural como construção histórica, social e educacional implica adotar práticas pedagógicas que transcendam a simples transmissão de conteúdos. Nesse sentido, a escuta, o acolhimento e a valorização de narrativas silenciadas devem orientar a ação docente, configurando uma prática comprometida com o reconhecimento da diversidade. Rodrigues *et al.* (2025) reforçam esse argumento ao defenderem que o professor precisa estar preparado para agir intencionalmente na construção de uma cultura escolar democrática, assumindo uma postura ética e política diante da pluralidade presente no cotidiano educacional.

A esse respeito, experiências como a da Escola Municipal Waldir Garcia ilustram como a prática pedagógica pode incorporar os princípios da interculturalidade de forma concreta. Desde 2016, a instituição tem desenvolvido ações que integram diferentes grupos culturais e promovem debates sobre desigualdade e inclusão, configurando-se como um exemplo de articulação entre diversidade e justiça social segundo Abreu, Silva e Lima, (2024). Os autores destacam que, ao longo dos anos, a escola consolidou espaços de escuta e participação efetiva dos estudantes, o que potencializou o protagonismo



discente e o diálogo entre saberes distintos. Como afirmam:

[...] essa escola, desde 2016, tem implementado práticas pedagógicas interculturais, buscando integrar diferentes grupos culturais e promover discussões sobre diversidade e desigualdade no ambiente escolar [...] demonstrando como essa abordagem pode ser aplicada no contexto da diversidade cultural presente em Manaus (Abreu; Silva; Lima, 2024, p. 3).

Contudo, como advertem Abreu, Silva e Lima (2024), o êxito dessas iniciativas depende de mudanças estruturais no currículo escolar, tradicionalmente alicerçado em perspectivas eurocêntricas. Para que a escola se configure como espaço de reconhecimento identitário, é necessário incorporar epistemologias historicamente marginalizadas e garantir que os conteúdos, as metodologias e os processos decisórios representem a diversidade das comunidades escolares. Essa proposição encontra respaldo em Rodrigues et al. (2025), que alertam para o risco de tratar o multiculturalismo apenas como conceito abstrato, sem implicações transformadoras na organização pedagógica.

A formação docente constitui, nesse cenário, uma das variáveis mais críticas. Fernandes Filho (2025) argumenta que a ausência de preparo específico tem resultado na perpetuação de práticas escolares excludentes, sustentadas por estereótipos e por visões normativas sobre a cultura. Rodrigues et al. (2025) complementam ao enfatizar que a formação continuada precisa desenvolver competências interculturais e fomentar uma leitura crítica das relações de poder no interior da escola. Essa formação, conforme defendem, deve ser concebida como um processo permanente de reconstrução de saberes, capaz de alinhar a prática pedagógica às transformações sociais contemporâneas.

Além da dimensão formativa, ambos os autores convergem ao apontar os limites impostos pelas desigualdades estruturais à efetivação da educação intercultural. Rodrigues et al. (2025) identificam a precarização dos recursos, a ausência de políticas públicas eficazes e a fragmentação das ações intersetoriais como obstáculos que restringem a atuação da escola como espaço de reconhecimento. Por sua vez, Abreu, Silva e Lima (2024) sublinham a importância da articulação entre projeto pedagógico, gestão democrática e políticas educacionais que reconheçam a diversidade como princípio estruturante. Nesse ponto, o diálogo entre os autores evidencia que, sem



apoio institucional consistente, as ações inclusivas tendem a se limitar a iniciativas isoladas e de baixa sustentabilidade.

Por fim, ao refletirem sobre os fundamentos da educação intercultural, os autores concordam que sua implementação não se reduz à inserção de conteúdos culturais variados no currículo. Rodrigues *et al.* (2025) defendem que é necessária uma mudança de paradigma nas concepções de escola, ensino e aprendizagem, enquanto Fernandes Filho (2025) destaca a importância de comprometer a instituição escolar com práticas que rompam com a homogeneização e promovam a participação ativa dos sujeitos. Ambos sustentam que a redefinição do papel da escola deve ser orientada por princípios de justiça social, pluralidade e diálogo, compreendendo-a como espaço político de afirmação da diversidade e de reconstrução democrática das relações no cotidiano escolar.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A AÇÃO DOCENTE

A promoção da diversidade cultural nas escolas, embora respaldada por marcos legais e diretrizes curriculares, encontra seu verdadeiro sentido na prática pedagógica cotidiana, mediada pela formação dos professores. Para Rodrigues *et al.* (2025), o reconhecimento das diferentes culturas presentes nas escolas depende da intencionalidade docente, que deve ser orientada por princípios inclusivos e metodologias que legitimem os repertórios simbólicos dos estudantes. Essa perspectiva é reforçada por Fernandes Filho (2025), que compreende a identidade cultural como uma dimensão formativa que precisa ser valorizada por meio de metodologias que favoreçam o protagonismo discente e o reconhecimento das múltiplas vivências no espaço escolar. Assim, embora a legislação defina diretrizes, é a ação docente que materializa essas orientações no cotidiano educativo.

Nesse sentido, o currículo assume papel central como instrumento político-pedagógico capaz de representar as distintas realidades socioculturais presentes nas comunidades escolares. Fernandes Filho (2025) sustenta que a BNCC, ao enfatizar a



interdisciplinaridade, oferece uma possibilidade concreta de integrar as identidades culturais dos estudantes ao processo de ensino-aprendizagem. Esse posicionamento dialoga com Rodrigues et al. (2025), para quem currículos que incorporam diferentes perspectivas culturais contribuem não apenas para a retenção do conhecimento, mas também para a formação ética dos estudantes, ao desestabilizar preconceitos e ampliar a empatia. Ambos defendem a necessidade de que o planejamento pedagógico considere projetos vinculados à história local, à cultura popular e às narrativas da própria comunidade escolar como forma de tornar o aprendizado mais significativo.

A aplicação de metodologias ativas também tem sido destacada como recurso eficaz para valorizar a diversidade. Fernandes Filho (2025) afirma que estratégias como a aprendizagem baseada em problemas (PBL) e a sala de aula invertida estimulam o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de habilidades críticas relacionadas à identidade cultural. Rodrigues et al. (2025) compartilham dessa visão ao enfatizarem que tais metodologias promovem um ambiente de respeito mútuo e colaboração, ao passo que desafiam práticas tradicionais centradas na transmissão de conteúdo. A atuação do professor, nesse contexto, deve ser pautada pelo incentivo à escuta, ao diálogo e à construção coletiva do conhecimento, com vistas à formação de sujeitos capazes de refletir sobre sua inserção social.

Outro ponto de convergência entre os autores diz respeito ao papel dos materiais didáticos e das práticas culturais escolares na ampliação do repertório simbólico dos estudantes. Para Fernandes Filho (2025), a adoção de obras de autores negros, indígenas e de outras minorias, bem como o uso de linguagens artísticas, como teatro e música, fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a ressignificação das identidades historicamente subalternizadas. Rodrigues et al. (2025) complementam essa análise ao defenderem que a representação positiva das diferentes culturas deve ser acompanhada de uma abordagem crítica que promova a justiça social. Como afirmam, “a inclusão de conteúdos sobre diversas culturas nas aulas contribui para a construção de uma visão mais ampla e global dos alunos, preparando-os melhor para um mundo multicultural” (Rodrigues et al., 2025, p. 10).

A experiência de escolas públicas que operam sob princípios interculturais permite visualizar como tais diretrizes podem ser concretizadas. A Escola Municipal



Professor Waldir Garcia, analisada por Abreu, Silva e Lima (2024), destaca-se pela adoção de práticas de gestão democrática fundamentadas no conceito de autoridade compartilhada. Os autores observam que assembleias escolares e a presença de tutores são dispositivos que favorecem a escuta ativa e a tomada de decisões coletivas. Conforme relatado:

[...] dentre as práticas pedagógicas destacadas, estão o apoio de tutores e as assembleias, que envolvem todos os alunos nas tomadas de decisões. Esses momentos são fundamentais para a escuta e a conversação, possibilitando decisões compartilhadas (Abreu, Silva; Lima, 2024, p. 14).

Essa abordagem demonstra que práticas pedagógicas inclusivas exigem espaços institucionais que legitimem a participação discente como parte indissociável do processo formativo. Apesar dessas iniciativas, permanece evidente a carência de formação adequada para que os professores lidem com a diversidade cultural em sala de aula. Rodrigues et al. (2025) argumentam que a formação contínua é um elemento imprescindível para que os educadores possam desenvolver práticas coerentes com os princípios da inclusão cultural.

Esse ponto é reforçado por Abreu, Silva e Lima (2024), ao apontarem, com base em dados empíricos, que a participação docente em capacitações sobre diversidade cultural é recorrente; no entanto, essa frequência não tem sido suficiente para suprir as lacunas existentes no preparo específico dos professores para lidar com as complexidades de contextos escolares marcados pela pluralidade cultural.

Além da dimensão formativa, a gestão escolar também é chamada à responsabilidade na criação de condições institucionais para a valorização da diversidade. Fernandes Filho (2025) ressalta a importância de metodologias que incentivem o protagonismo dos alunos como meio de expressar suas vivências culturais, enquanto Rodrigues et al. (2025) reforçam a necessidade de que a escola atue como agente ativo na construção de uma cultura democrática. Abreu, Silva e Lima (2024, p. 17) reiteram esse compromisso, ao argumentarem que a gestão deve “fomentar práticas que acolham e respeitem as vozes dos estudantes imigrantes e refugiados”, além de promover a produção de materiais pedagógicos contextualizados à realidade cultural da comunidade escolar. Essa articulação entre corpo docente, gestão e políticas públicas é o que possibilita a construção de ambientes escolarmente sensíveis à



diversidade.

Por fim, ao dialogarem sobre as implicações ético-políticas da valorização da diversidade, os autores convergem na defesa de que tais práticas não constituem um adendo curricular, mas um princípio que deve orientar a totalidade da ação educativa. Fernandes Filho (2025) afirma que a escola deve ser espaço de construção identitária, enquanto Rodrigues et al. (2025, p.9) pontuam que “a inclusão cultural nas escolas exige uma mudança profunda nas práticas pedagógicas e na cultura escolar”. Assim, a efetivação de uma educação intercultural, democrática e crítica requer da escola pública um compromisso permanente com o respeito à diferença, a equidade nas relações e a formação de sujeitos historicamente situados.

Para sintetizar os elementos discutidos neste capítulo, elaborou-se o quadro a seguir, que apresenta uma comparação entre as principais práticas pedagógicas interculturais destacadas nos estudos analisados.

Quadro 1 – Comparação entre práticas pedagógicas interculturais

Autor(es)	Contexto	Práticas Interculturais Destacadas	Resultados ou Potencial
Abreu, Silva e Lima (2024)	Escola Municipal Professor Waldir Garcia (Manaus-AM)	Assembleias escolares, tutoria individualizada, escuta ativa dos estudantes	Fortalecimento do protagonismo discente, ambiente democrático e valorização da diversidade cultural
Fernandes Filho (2025)	Análise teórica sobre o papel do professor	Metodologias ativas (PBL, sala invertida), inclusão de autores de grupos minorizados, participação da comunidade	Promoção do pertencimento, visibilidade das identidades culturais e incentivo à construção coletiva



Rodrigues et al. (2025)	Estudo sobre desafios em escolas públicas brasileiras	Conteúdos multiculturais, abordagem crítica de estereótipos, projetos interdisciplinares vinculados à realidade local	Ampliação da empatia, construção de visão multicultural e combate à exclusão simbólica
-------------------------	---	---	--

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Abreu, Silva e Lima (2024), Fernandes Filho (2025) e Rodrigues et al. (2025).

O Quadro 1 evidencia que as práticas pedagógicas interculturais analisadas nos diferentes estudos convergem para a valorização da diversidade, da escuta ativa e da construção coletiva do conhecimento como caminhos para o fortalecimento do protagonismo discente e da inclusão cultural. Observa-se que, embora existam experiências promissoras, como assembleias escolares, metodologias ativas e projetos interdisciplinares, persistem desafios estruturais, entre eles a escassez de recursos, a resistência institucional às mudanças curriculares e a ausência de políticas públicas consistentes. Assim, conclui-se que a estruturação de uma educação intercultural depende não apenas de práticas pontuais, mas de um compromisso contínuo com a formação docente, o diálogo comunitário e a criação de ambientes educativos que promovam pertencimento, empatia e equidade.

DESAFIOS INSTITUCIONAIS E ESTRUTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESCOLARES INCLUSIVOS E CULTURALMENTE SENSÍVEIS

A construção de espaços escolares inclusivos e culturalmente sensíveis exige o enfrentamento de desafios que extrapolam a dimensão pedagógica e atingem estruturas institucionais consolidadas historicamente. Embora políticas educacionais e dispositivos legais reconheçam formalmente a diversidade cultural como valor formativo, a realidade concreta das escolas brasileiras revela uma assimetria entre o discurso normativo e sua materialização no cotidiano escolar. Fernandes Filho (2025) adverte que essa distância decorre, em grande medida, da persistência de currículos



eurocentrados, que negligenciam os saberes de povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outros grupos historicamente marginalizados. Rodrigues et al. (2025) acrescentam que esse modelo curricular, longe de ser neutro, opera na manutenção de exclusões simbólicas, restringindo o reconhecimento das múltiplas identidades presentes no espaço escolar.

Paralelamente, a escassez de materiais didáticos representativos e a ausência de formação docente específica voltada para práticas interculturais figuram como obstáculos recorrentes. De acordo com Abreu, Silva e Lima (2024), ainda que existam capacitações ofertadas, elas nem sempre respondem às complexidades dos contextos multiculturais, o que compromete a atuação pedagógica efetiva diante da diversidade. Fernandes Filho (2025) observa que a falta de preparo docente e de recursos adequados impede que a diversidade seja tratada como componente estruturante do projeto educativo. Rodrigues et al. (2025) reforçam essa análise ao argumentarem que a precariedade de materiais e a insuficiência de políticas focalizadas geram lacunas nas estratégias de inclusão e limitam a eficácia das práticas pedagógicas no atendimento às especificidades culturais dos estudantes.

A resistência institucional a transformações estruturais constitui outra barreira crítica à implementação de uma pedagogia voltada à equidade. Fernandes Filho (2025) afirma que há entraves à reconfiguração curricular, à renovação das práticas avaliativas e à ampliação da participação da comunidade escolar. Essa resistência, muitas vezes sustentada por paradigmas pedagógicos conservadores, impede que a escola atue como espaço de pertencimento e reconhecimento. Rodrigues et al. (2025) destacam que tais resistências podem manifestar-se entre gestores, docentes e até estudantes, dificultando a ruptura com práticas homogeneizadoras e a construção de um ambiente educacional verdadeiramente democrático.

Ademais, as desigualdades estruturais que marcam o contexto brasileiro incidem de modo mais severo sobre as escolas localizadas em regiões periféricas, especialmente aquelas que atendem populações indígenas, quilombolas, imigrantes ou refugiadas. Abreu, Silva e Lima (2024) apontam que a precariedade da infraestrutura escolar e a ausência de investimentos adequados comprometem a efetivação de políticas educacionais inclusivas. A rotatividade de profissionais e a sobrecarga de trabalho



agravam a descontinuidade das ações pedagógicas e dificultam a construção de vínculos com a comunidade. Fernandes Filho (2025) salienta que tais instituições operam em contextos de múltiplas vulnerabilidades, sendo indispensável a atuação articulada dos entes federativos para garantir condições materiais e institucionais adequadas à promoção da diversidade.

Apesar desse cenário adverso, algumas experiências revelam caminhos possíveis para a construção de práticas inclusivas. A Escola Municipal Professor Waldir Garcia, em Manaus já citada, destaca-se como referência ao implementar dispositivos institucionais como assembleias escolares, tutoria e projetos culturais voltados à valorização das identidades dos estudantes (Abreu; Silva; Lima, 2024). O engajamento da comunidade escolar e a escuta ativa dos sujeitos educacionais têm sido centrais para a constituição de um ambiente escolar dialógico. Nesse sentido, Fernandes Filho (2025) defende que a escola deve se configurar como espaço de afirmação das identidades culturais e da diversidade como princípio educativo. A efetividade dessas ações, no entanto, depende da intencionalidade político-pedagógica da gestão e do corpo docente, especialmente em contextos marcados por desigualdade social.

Essa análise conduz à constatação de que a articulação entre formação docente, participação da comunidade e investimento público constitui eixo fundamental para a superação das barreiras institucionais. Rodrigues et al. (2025) argumentam que a formação continuada precisa contemplar não apenas conteúdos específicos sobre diversidade cultural, mas também estratégias de enfrentamento aos preconceitos e estereótipos presentes no ambiente escolar. Fernandes Filho (2025) complementa que o envolvimento da comunidade fortalece os vínculos entre território e escola, ampliando a legitimidade das ações educativas. No entanto, Abreu, Silva e Lima (2024) alertam para a carência de diretrizes específicas por parte das secretarias de educação voltadas ao atendimento das escolas inseridas em contextos socioculturais diversos. É nesse quadro que Rodrigues et al. (2025) afirmam:

A falta de formação específica para professores sobre práticas pedagógicas interculturais e a escassez de materiais didáticos que representem a diversidade cultural são barreiras significativas. As políticas educacionais muitas vezes não abordam especificamente as necessidades de uma comunidade multicultural, resultando em lacunas na prática e na eficácia das estratégias de inclusão (Rodrigues et al., 2025, p. 11).



Dessa forma, torna-se evidente que os desafios institucionais e estruturais não podem ser enfrentados isoladamente pelas escolas. Fernandes Filho (2025) sustenta que a superação dessas barreiras exige um compromisso institucional mais amplo, que envolva políticas públicas integradas, financiamento adequado, diretrizes curriculares contextualizadas e estratégias de formação que reconheçam a diversidade como princípio pedagógico. Rodrigues et al. (2025) reiteram que, embora haja um reconhecimento progressivo da importância da inclusão cultural, a implementação das políticas ainda se mostra inconsistente. A transformação das instituições escolares em espaços de justiça social, sensíveis às singularidades culturais, exige, portanto, responsabilização do Estado e engajamento coletivo de todos os agentes educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos ao longo deste estudo indicam que a escola exerce papel determinante na valorização das diferenças culturais, sendo o espaço escolar um território privilegiado para o reconhecimento de identidades historicamente invisibilizadas. A análise dos documentos selecionados revelou que práticas pedagógicas orientadas por uma perspectiva intercultural não apenas favorecem o pertencimento dos estudantes, como também promovem a equidade nas relações escolares. Nesse sentido, a presença de metodologias que consideram os repertórios simbólicos dos sujeitos demonstrou ser eficaz na construção de ambientes educacionais mais justos e representativos, conforme já argumentado por Fernandes Filho (2025) e Rodrigues et al. (2025).

A partir dessa constatação, compreende-se que a valorização da diversidade cultural não deve ser interpretada como um mero acréscimo ao currículo, mas como uma reestruturação profunda das concepções pedagógicas, curriculares e institucionais que sustentam a prática docente. O estudo evidencia que, quando os profissionais da educação são formados para atuar de modo sensível à pluralidade cultural de suas turmas, há impactos significativos sobre a experiência escolar dos alunos. Essa percepção se articula com os achados de Abreu, Silva e Lima (2024), ao demonstrarem como escolas públicas comprometidas com a interculturalidade conseguem transformar desafios sociais em oportunidades formativas.



Em relação ao debate acadêmico mais amplo, as conclusões aqui apresentadas dialogam com investigações anteriores que tratam da exclusão simbólica de culturas não hegemônicas no contexto escolar. Conforme argumentado por autores como Hall (2006) e Canen (2005), a escola historicamente operou sob um modelo monocultural, que hierarquiza saberes e silencia subjetividades. Os dados analisados reforçam essa crítica, ao demonstrar que ainda prevalecem práticas curriculares orientadas por padrões eurocêntricos. No entanto, os estudos de caso também revelam possibilidades concretas de resistência pedagógica e reformulação curricular em escolas que adotam projetos interculturais como eixo organizador de sua atuação institucional.

Apesar desses avanços, é necessário reconhecer que os dados apresentados apresentam certas limitações. Em primeiro lugar, a análise centrou-se em estudos qualitativos e em experiências localizadas, o que impede generalizações para o conjunto do sistema educacional brasileiro. Em segundo lugar, parte significativa da literatura consultada baseia-se em relatos institucionais e documentos institucionais, o que pode restringir a análise crítica dos impactos efetivos das práticas interculturais sobre os processos de ensino e aprendizagem. De acordo com Gentili (2004), a análise das políticas públicas educacionais deve sempre considerar as contradições entre o discurso oficial e a prática cotidiana, o que aponta para a necessidade de mais estudos empíricos em diferentes realidades escolares.

Alguns resultados inesperados também merecem destaque. Observou-se, por exemplo, que em determinadas instituições, embora existam práticas declaradamente voltadas à valorização da diversidade, persistem mecanismos sutis de exclusão, como a ausência de estudantes de grupos minorizados em espaços de decisão ou representação escolar. Essa ambivalência pode ser explicada, conforme apontam Apple (2003) e Candau (2008), pela forma como as escolas internalizam valores da cultura dominante, mesmo quando se propõem a promover a inclusão. Tais contradições revelam a necessidade de um acompanhamento crítico das práticas pedagógicas, evitando o risco de que o discurso da diversidade seja apropriado de forma superficial ou despolitizada.

Com base nas lacunas observadas, sugerem-se novos estudos voltados à avaliação longitudinal de projetos interculturais, com foco na permanência e no desempenho de estudantes de diferentes origens culturais. Além disso, recomenda-se



a realização de pesquisas que envolvam diretamente os sujeitos escolares, estudantes, professores, gestores e famílias, com vistas à compreensão mais ampla das dinâmicas de pertencimento e reconhecimento no espaço escolar. Tais investigações poderiam contribuir para o aprimoramento de políticas públicas que articulem currículo, formação docente e gestão democrática a partir de uma perspectiva crítica e culturalmente situada.

Em síntese, os resultados desta pesquisa confirmam a relevância da escola como espaço privilegiado de construção de identidades e reconhecimento cultural. Contudo, o alcance dessas iniciativas depende da superação de entraves estruturais, da reformulação curricular e da formação crítica dos profissionais da educação. A continuidade do debate acadêmico e o desenvolvimento de pesquisas empíricas comprometidas com a justiça social permanecem fundamentais para o fortalecimento de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos e culturalmente sensíveis.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo central refletir sobre o papel da escola na valorização das diferenças culturais, analisando como o ambiente escolar pode se constituir como espaço de reconhecimento identitário e de promoção da educação intercultural. Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de produções acadêmicas recentes, foi possível responder à questão que norteou a investigação: de que modo o professor pode atuar de forma significativa na construção da identidade cultural dos estudantes no contexto escolar.

A análise dos textos selecionados evidenciou que a atuação docente tem papel decisivo na mediação entre o currículo e as vivências culturais dos alunos, sendo indispensável a adoção de práticas pedagógicas que valorizem saberes historicamente silenciados. Verificou-se, ainda, que a escola, ao adotar metodologias que reconheçam a pluralidade dos sujeitos, contribui para o fortalecimento do pertencimento e da equidade nas relações educativas. As estratégias analisadas, como projetos interdisciplinares, assembleias escolares, inclusão de repertórios culturais diversos e formação continuada, demonstraram potencial para ampliar as possibilidades de reconhecimento e participação dos estudantes no espaço escolar.



Com base nesses achados, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados. O estudo possibilitou identificar os desafios institucionais e estruturais enfrentados pelas escolas na promoção de uma educação culturalmente sensível, destacou práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da interculturalidade e permitiu compreender a importância do engajamento docente para a construção de um currículo que dialogue com a diversidade sociocultural dos alunos. A partir disso, torna-se evidente que a valorização das diferenças culturais na escola não se limita a ações pontuais, mas requer um projeto político-pedagógico comprometido com a justiça social.

No entanto, a pesquisa também evidenciou algumas lacunas que apontam para a necessidade de novos estudos. Em especial, sugere-se o aprofundamento de investigações empíricas que analisem o impacto de práticas pedagógicas interculturais na trajetória escolar de estudantes pertencentes a grupos étnicos, raciais e culturais diversos. Também se recomenda o desenvolvimento de pesquisas que incluam o ponto de vista dos estudantes e das famílias sobre as experiências de inclusão cultural no ambiente escolar, uma vez que essas vozes permanecem, em grande parte, sub-representadas na literatura.

Dessa forma, reafirma-se a importância de continuar investigando as múltiplas dimensões da educação intercultural e os mecanismos institucionais necessários para o seu fortalecimento nas escolas públicas brasileiras. A superação das desigualdades educacionais passa, necessariamente, pelo reconhecimento da diversidade como eixo estruturante da prática pedagógica e pela transformação da escola em um espaço de pertencimento, respeito mútuo e construção coletiva de saberes.



REFERÊNCIAS

- ABREU, C. G.; SILVA, J. A. S.; LIMA, S. G. A valorização da educação intercultural na Escola Municipal Professor Waldir Garcia em Manaus Amazonas – Brasil. **Revista FT**, v. 28, n. 139, 2024.
- APPLE, Michael W. *The State and the Politics of Knowledge*. 1. ed. New York: Routledge, 2003.
- CANAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, A. F.; CANAU, V. M. **Multiculturalismo e educação**: desafios para a prática pedagógica. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CANEN, A. **O multiculturalismo e seus dilemas**: implicações na educação. 2005.
- FERNANDES FILHO, M. R. A escola como espaço de construção da identidade cultural: reflexões sobre o papel do professor. **International Integralize Scientific**, v 5, n 46, 2025.
- GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- RODRIGUES, K. C. P.; SILVA, A. M. da; BARROSO, S. C. de S. Diversidade cultural e inclusão no ambiente escolar: desafios e perspectivas no século XXI. *In*: Atena Editora. **Educação e sociedade**: desafios contemporâneos, pp. 6 - 11 2025.
- SANTANA, A. C. A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 1, p. e13333, 2025.